

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PEDAGOGIA

ELIZABETH SOUTO DE CARVALHO

**IRINEU FERREIRA PINTO E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARAIBANA NA
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO**

ORIENTADORA: MS. AMANDA SOUSA GALVÍNCIO

JOÃO PESSOA – PB
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
CURSO DE PEDAGOGIA

ELIZABETH SOUTO DE CARVALHO

**IRINEU FERREIRA PINTO E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
PARAIBANA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO PARAIBANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na
Universidade Federal da Paraíba, com pré-requisito
para a obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Amanda Sousa
Galvínio

JOÃO PESSOA - PB
2017

C331i Carvalho, Elizabeth Souto de.

Irineu Ferreira Pinto e a história da educação paraibana na
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano / Elizabeth
Souto de Carvalho. – João Pessoa: UFPB, 2017.
47f.

Orientadora: Amanda Sousa Galvínio
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. História da educação. 2. Irineu Ferreira Pinto. 3. Primeira
República. I. Título.

UFPB/CE/BS

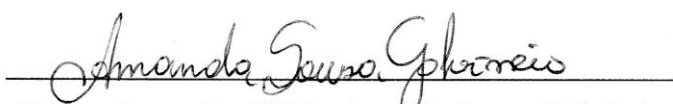
CDU: 37(813.3)(043.2)

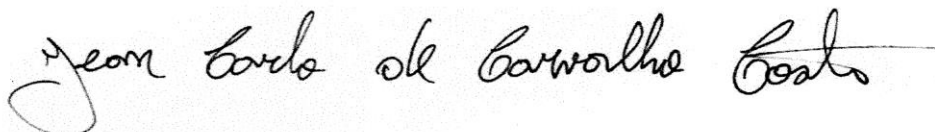
ELIZABETH SOUTO DE CARVALHO

**IRINEU FERREIRA PINTO E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARAIBANA NA
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO**

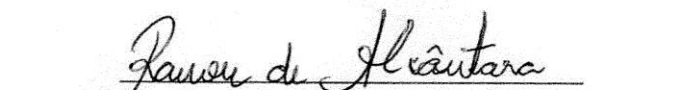
Avaliada e Aprovada, em 09/06/2017

Banca Examinadora


Orientadora – Prof.^a Ms. Amanda Sousa Galvêncio
Departamento de Educação Básica - DEBAS
Centro de Educação - CE – UFPB



Examinador - Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa
Departamento de Fundamentação da Educação – DFE
Centro de Educação - CE – UFPB


Examinador – Prof. Ms. Ramon de Alcântara Aleixo
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE
Centro de Educação -UFPB

JOÃO PESSOA - PB

2017

Dedico essa monografia ao meu pai Francisco de Assis Martins de Carvalho (*In memoriam*), que infelizmente não esteve presente em muitos momentos de minha vida, mas ele sempre estará em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento gostaria de agradecer, sem sombra de dúvida primeiramente à DEUS, que em sua infinita misericórdia esteve constantemente na minha vida, fortalecendo e capacitando o meu ser, sem Ele jamais estaria concluindo esta fase.

Aos meus familiares que desde de o início estiveram comigo, incentivando a não desistir, também aqueles que, infelizmente, não estão mais frequentemente comigo, mas que deseja o meu crescimento.

Em especial minhas filhas amadas, Mayra Renata e Raquel Mariana, pelo amor e paciência, em que, muitas vezes, as deixei de lado para conseguir dar conta do meu processo de aprendizagem.

A minha Mãe, Déborah Maria, que em um certo momento de minha vida estendeu as suas mãos e disse “Não desista, vá até o fim, estou aqui para te ajudar”.

Ao meu Anjo, Zilda Maria, que desde de o começo se alegrou, incentivou e orou por minha vida acadêmica, mesmo em meio algumas circunstâncias que ocasionou a distância entre nós, mas que não esqueceu de mim.

As amigas que conquistei e que estiveram ao meu lado, dividindo comigo as alegrias, desafios, superação e satisfações da vida acadêmica. Em especial Deise Dalto, amiga parceira em todos os momentos, do começo ao fim da graduação, mesmo distante esteve comigo incentivando. A amiga Andrea Kaline que esteve nos momentos de alegria, muito trabalho e pesquisa e por fim Estefane Glaff que nestes momentos finais, concedeu em minha vida conhecimento, companheirismo, aceitação e uma amizade que levarei para toda minha vida. Essa conquista eu compartilho com vocês com muita alegria, pois vocês participaram bem de perto de cada momento que tenho vivido, vocês são parte dessa vitória. Obrigada por todo carinho e momentos em que aprendemos juntas.

Aos professores do curso de Pedagogia, que desde o começo mostraram ser exemplo em que devo seguir, como também aqueles que mostraram que não devo ser como profissional, fortalecendo nas minhas reflexões a respeito da educação.

Agradeço a duas pessoas, primeiramente, ao professor, Jean Carlo, que proporcionou à rica oportunidade em conhecer e entender um pouco mais sobre a História da Educação, despertado o desejo e o prazer da pesquisa e historicidade, através dos projetos que participei, e por meio deles, tive o prazer de conviver com minha maravilhosa Orientadora, Amanda Sousa Galvêncio, que pacientemente e com carinho esteve comigo para a realização deste trabalho. Obrigada por confiar e mostrar os caminhos em que devo trilhar. Obrigada pela oportunidade.

Como não poderia deixar de ser, mais uma vez, agradeço aos professores, Jean Carlo e Ramon de Alcântara, que aceitaram participar da banca examinadora e debruçaram-se na leitura atentamente.

“A educação deve conduzir e guiar o homem à clareza e ao respeito de si mesmo e em si mesmo, à paz com a natureza e a unidade com Deus.”

Froebel

RESUMO

O presente trabalho surgiu a partir das inquietações ocasionadas da nossa participação na pesquisa PIBIC, a qual nos aproximou do tema que analisava as Instituições educacionais e os intelectuais do Brasil República através dos professores e os políticos no IHGP. A referida abordagem enfatizou as discussões e inquietações sobre o Intelectual Irineu Ferreira Pinto, e a História da Educação na Paraíba na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1910. Nesse sentido, temos como objetivo compreender de que forma Irineu Ferreira Pinto abordou a relevância da educação para a História da Educação da Paraíba. Para tanto, buscamos entender o cenário educacional do período e as contribuições dos intelectuais na educação do Brasil na Primeira República. Dessa forma, elaboramos a trajetória intelectual de Irineu Ferreira Pinto, analisando os temas da educação abordadas por ele. A pesquisa tem um caráter biográfico e bibliográfico, utilizamos como fonte as biografias escritas sobre Irineu Pinto, a Revista do IHGP, Relatórios, Leis e Decretos do período. Sendo assim, pensar o lugar e a partilha de ideias, torna-se um processo de registros e memórias, em um cenário marcado por sua importância cultural, descrevendo e compreendendo as ideias dos sujeitos e acontecimentos a partir da abordagem centradas em debates da educação no Brasil, especificamente, a paraibana. Portanto, a pesquisa do registro de Irineu Ferreira Pinto sobre instrução pública nos faz pensar nas problematizações quanto ao papel do intelectual, suas ações e narrativas nas atividades sobre a história da educação brasileira, consideramos relevante a atenção dedicada aos mesmos em seus escritos. Portanto, consideramos que esse trabalho contribuirá para entendimento da construção da educação paraibana na época da Primeira República.

Palavras-chave: História da Educação. Irineu Ferreira Pinto. Primeira República.

ABSTRACT

The present work arose from the concerns caused by our participation in PIBIC research, which brought us closer to the theme that analyzed the educational institutions and intellectuals of Brazil Republic through teachers and politicians in the IHGP. This approach emphasized the discussions and concerns about the Intellectual, Irineu Ferreira Pinto, and the History of Education in Paraibana in the Magazine of the Historical and Geographical Institute Paraibano, in 1910. In this sense, we aim to understand how Irineu Ferreira Pinto addressed the relevance Education for the History of Education in Paraíba. Therefore, we seek to understand the educational scenario of the period and the contributions of the intellectuals in the education of Brazil in the First Republic. In this way, we elaborate the intellectual trajectory of Irineu Ferreira Pinto, analyzing the themes of education addressed by him. The research has a biographical and bibliographical character, we use as biographies the written biographies about Irineu Pinto, the IHGP Magazine, Reports, Laws and Decrees of the period. Thus, thinking about the place and the sharing of ideas becomes a process of records and memories, in a scenario marked by its cultural importance, describing and understanding the ideas of the subjects and events from the approach centered on debates of education in the Brazil, specifically, the Paraíba. Therefore, the research of Irineu Ferreira Pinto's record on public education makes us think about the problematizations about the role of the intellectual, his actions and narratives in the activities on the history of Brazilian education, we consider relevant the attention devoted to them in his writings. Therefore, we consider that this work will contribute to understanding the construction of the education of Paraíba in the era of the First Republic.

Key words: History of Education. Irineu Ferreira Pinto. First Republic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O PERÍODO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA E OS INTELECTUAIS	15
1.1 <i>História dos Intelectuais</i>	15
1.2 <i>Educação na Primeira República</i>	18
2. IRINEU PINTO E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARAIBANA	22
2.1 <i>A trajetória intelectual de Irineu Pinto</i>	22
2.2 <i>Educação na Paraíba da Colônia à Primeira República por Irineu Pinto</i>	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
FONTES	47

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado no Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem como tema: o intelectual Irineu Ferreira Pinto e a História da Educação paraibana na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1910. Tem como orientadora a Professora Mestre, Amanda Sousa Galvêncio. O foco desta pesquisa foi o de elaborar a trajetória intelectual de Irineu Pinto, entendendo o cenário educacional e político do período e as contribuições dos intelectuais na educação do Brasil na Primeira República. A partir dessa investigação, temos a intenção de aprofundamos nos estudos da História dos Intelectuais e da História da Educação, contribuindo para construção da memória educacional paraibana.

Primeiramente nos anos de 2013/2014 participamos do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado: “Uma análise crítica das ideias de modernidade, civilidade e progresso nos Relatórios Provinciais na Parahyba Oitocentista”, orientado pelo Professor Doutor, Jean Carlo de Carvalho Costa. Nesta ocasião, buscamos uma trajetória de pesquisa sobre como os sujeitos da época que compuseram a cena intelectual paraibana, no período que compreende o ano de 1870, data de fundação do primeiro Partido Republicano brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, e a sua extensão ao longo da Primeira República.

Para tanto, destinamos atenção maior à produção dos Relatórios de Província, Falas e Expedições, destacando os elementos que são vinculados ao esforço de civilidade e modernização na esfera local. Realizou-se uma pesquisa de caráter documental, em que foi possível analisar várias ações e investimentos consideráveis almejando de algum modo introduzir a Província nos ares da modernidade, do progresso e civilidade, em que foi possível identificar as precárias finanças e o isolamento da Província da Parahyba diante de ações obtidas por outras Províncias.

No ano de 2014/2015 participamos do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado: “Instituições educacionais, intelectuais e o Brasil República uma análise entre o professor e o político no Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP”, orientado também pelo Professor Doutor, Jean Carlo de Carvalho Costa, com a colaboração da Professora Mestra, Amanda Sousa Galvêncio. Nesta ocasião, buscamos analisar como os sujeitos da época contribuíram para a discussão e compreensão da instrução pública como

também quais políticos paraibanos, sendo eles também professores, que participavam e socializavam entre si sobre as ideias da educação paraibana, uma vez que considerou entender o cenário educacional do período e as contribuições dos intelectuais na educação do Brasil na Primeira República.

Neste projeto, realizou-se uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, em que nossa principal fonte foram as Revistas publicadas pelo IHGP, muitos sujeitos se destacaram escrevendo temas diversos. Identificamos na Revista de 1910 o escrito sobre a educação pública de Irineu Pinto com o título “A Instrução Publica na Parahyba apontamentos para sua história”.

Como produtos destas investigações foram elaborados três trabalhos. O primeiro intitulado: “Uma análise crítica das ideias de modernidade, civilidade e progresso nos Relatórios Provinciais na Parahyba Oitocentista (1870-1930)”, apresentado no XXII Encontro de Iniciação Científica da UFPB (ENID), da autoria de Costa e Silva (2014). O segundo da autoria de Costa e Galvêncio (2015), intitulado: “Intelectuais, Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP) e os apontamentos para História da Educação na Parahyba: A marcha da instrução entre nós (1910)”, apresentado no Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE). O terceiro intitulado: “Instituições educacionais, intelectuais e o Brasil República uma análise entre o professor e o político no Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP (1905-1929)”, apresentado no XXII Encontro de Iniciação Científica da UFPB (ENID) da autoria Costa e Silva (2015).

Galvêncio (2010) em seu estudo cujo título foi Manoel Bomfim intelectual na Primeira República: educação, formação nacional e o Brasil moderno ressaltou que por meio das investigações o pedagogo tem a possibilidade de se envolver nas discussões do passado educacional para entender o presente. Nesse sentido, o pedagogo ao refletir sobre os materiais históricos que trataram da educação nacional, terá condições de pensar e elaborar compreensões sobre a relevância do papel dos intelectuais, das suas ações e das narrativas construídas sobre a história da educação brasileira. De acordo com o Conselho Nacional da Educação/Conselho Pleno, através da Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, o licenciado em pedagogia deve conhecer questões de ordem teórica e prática, mas deve também se apropriar de discussões que justifiquem suas práticas.

Na esteira desse argumento, é relevante trazer à memória os conhecimentos históricos com base nas pesquisas produzidas no campo da História da Educação e da Sociologia. Por

tanto, essas disciplinas ofertadas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no curso de Licenciatura em Pedagogia, nos trazem inquietações no que se refere a outras formas de pesquisa no campo educacional, uma vez que:

[...] o campo da História da Educação é como uma disciplina voltada para o estudo de processos de aprendizagem e de ensino de leitura e escrita, práticas culturais como as da escrita de si são um prato cheio de interesse (GOMES, 2004, p. 9).

Portanto, faz-se necessário que se realizem investigações sobre a História dos Intelectuais, suas tendências, questionamentos, onde se repensem as explicações históricas e, a partir disso, observar o entrelaçamento de temas e pensamentos dos sujeitos (COSTA, ESPINDOLA, GALVÍNCIO, 2013). Assim, compreendemos a importância da contribuição na construção da memória da História educacional paraibana. Portanto, nos questionamos: qual a visão que Irineu Pinto tinha da educação na Paraíba? Que contribuição histórica seu texto teve? Ele propôs soluções para as questões educacionais do seu tempo?

Segundo Costa e Galvínio (2015), os Intelectuais do período do Brasil na Primeira República ocupam-se das discussões e inquietações sobre a proeminência ou não de certas reformas políticas e sociais e o seu papel nisso. Nas publicações da Revista do IHGP, por exemplo, os intelectuais nos mostram uma compreensão do que circulava sobre a educação na Paraíba. Desse modo, é possível perceber como esses sujeitos preocupavam-se com o desenvolvimento do Estado e como buscaram, de alguma forma, socializar os problemas existentes, tentando, de algum modo, resolver as questões existentes da época.

Nesse contexto, destacamos Irineu Ferreira Pinto, nascido no ano de 1881, casou-se em 1905 e teve três filhos, o mesmo faleceu no ano de 1918, aos 37 anos. Em sua trajetória de vida ele foi funcionário público, bibliotecário, secretário, historiador, poeta, um dos sócios fundadores do IHGP e um intelectual paraibano que apresentou um apanhado histórico da educação no estado, desde a colonização até o início da Primeira República, indicando que o caminho para modernização da Paraíba seria através do investimento dos governantes nas instituições de ensino e na educação das crianças. Assim poderemos perceber entre outros intelectuais o seu olhar sobre a educação nacional e paraibana.

Para tanto, elencamos como objetivo geral: compreender como Irineu Pinto abordou a relevância da educação para a História da Paraíba. Como objetivos específicos: entender o cenário educacional do período e as contribuições dos intelectuais na educação do Brasil na

Primeira República; elaborar a trajetória intelectual de Irineu Pinto e analisar os temas da Educação abordados por ele no seu texto publicado na Revista do IHGP, em 1910.

Nossa metodologia está baseada na pesquisa biográfica e bibliográfica. Para Boudieu (1986) este tipo de pesquisa auxilia a compreender o significado dos registros de uma memória escrita, conhecendo o sujeito a ser investigado, descrevendo sua trajetória de vida: “[...] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 1986, p. 183).

Para tanto, investigamos a trajetória de Irineu Pinto e sua contribuição histórica para a memória da educação paraibana. Ressaltamos também que na pesquisa realizada enfatizamos as investigações do cenário cultural e educacional da Paraíba e a contribuição das instituições como um meio de sociabilidade dos intelectuais, dos professores e dos políticos que configuraram um olhar para a modernidade social (SIRINELLI, 1998).

Desses espaços de sociabilidade, destacamos o IHGP, pois esse ambiente se configurava enquanto lugar privilegiado do saber intelectual no estado. Com uma breve descrição realizada por Costa e Galvêncio (2015), o Instituto foi fundado em 7 de setembro de 1905, e no dia 12 de outubro instalou-se na Sede da Assembleia Legislativa e atualmente a Instituição tem sede em João Pessoa, Paraíba, promovendo e divulgando no âmbito do Estado da Paraíba estudos, pareceres e pesquisas de História e Geografia, bem como suas ciências auxiliares e correlatas, que contribui para melhorar os conhecimentos da realidade do Estado.

Nesse sentido, podemos dizer que:

Na esfera local, essa preocupação é guiada pela análise das diversas consequências derivadas da inserção gradativa do intelectual na esfera pública e no entendimento da constituição do processo de modernização brasileira (COSTA, ESPINDOLA, GALVÊNCIO, 2013, p. 59).

Sendo assim, pensar o lugar e a partilha de ideias, torna-se um processo de registro de memórias. O IHGP tem uma relevância cultural para o estado, pois os trabalhos divulgados pelo Instituto buscam descrever e compreender as ideias dos sujeitos e os acontecimentos a partir da abordagem centrada em debates da educação no Brasil, especificamente a paraibana. Para tanto, destacamos a biografia do sujeito e a publicação na Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano.

Através dos arquivos em formato eletrônico do IGHP, utilizamos as revistas disponíveis entre os períodos de 1905 á 1929. Como fonte principal para análise da pesquisa, catalogamos, identificamos os sujeitos e textos com diversas categorias. Podemos ressaltar na afirmação GUIMARÃES (1998), que a revista do Instituto desde os seus primeiros dias teve o objetivo acolher os trabalhos dos consócios e registrar as atividades ali produzidas. Entre as Revistas nos despertou o interesse pelo escrito de Irineu Ferreira Pinto, sócio fundador do IHGP.

Torna-se evidente que as Revistas têm seu valor estabelecido como fonte histórica de pesquisa, com isso podemos utilizá-las como forma de conhecermos o passado. É pertinente dizer que esse suporte nos leva aos relatos e acontecimentos que revelam vários processos históricos com publicações de época e, por meio dela, buscamos compreender e identificar o olhar do sujeito Irineu Pinto sobre a educação paraibana (MARTINS, 2003).

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo abordaremos a História dos Intelectuais e a educação brasileira no período da Primeira República. Para tanto, realizamos uma sistematização da historicidade da época, configurando o quadro político, econômico e social que contribuíram para construção da educação nesse período. No segundo capítulo abordaremos a trajetória de Irineu Ferreira Pinto, como ele se configurou na história paraibana e seus apontamentos sobre a educação na Paraíba da Colônia à Primeira República, na Revista do IHGP. E, por fim, apresentaremos algumas considerações sobre suas análises e discursos no que diz respeito à educação brasileira e principalmente paraibana, detalhes que ressaltam o cuidado e o desejo que o progresso e a modernidade alcançassem o Estado através da instrução pública.

1. O PERÍODO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA E OS INTELECTUAIS

Com o intuito de melhor entender a História da Educação no Brasil, pautada pelos intelectuais do período da Primeira República, que data de 1889 a 1930, faz-se necessário um encadeamento dos fatos, ou seja, sua contextualização partindo de um breve retrospecto histórico. Neste período, os dirigentes republicanos foram entusiastas pela educação. O entusiasmo pela educação, como um processo de aprendizado, resultaria num amplo processo de formação e diminuiria a distância entre o povo e a elite, pensando o Brasil como um país que estava se industrializando, julgava-se necessário que a escola fosse ofertada para todas as classes sociais. Neste contexto, o quadro político da época, bem como a configuração econômica e social, foi fundamental na construção do entendimento e compreensão do que aconteceu com a educação nesse período.

1.1 História dos Intelectuais

A História dos Intelectuais associou-se aos termos *intelligentsia* e intelectuais. É, nesse sentido, que as reflexões do estudo elaborado por Vieira (2006) buscaram evidenciar os diferentes significados em que os dois termos assumiram em contextos distintos. Sendo assim, mediante as teorias de Karl Mannheim, Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu pode-se identificar o sentido de comparação entre *intelligentsia* e intelectuais, assim compreendendo a História dos Intelectuais.

Vieira (2006) explica que o significado para *intelligentsia* na Polônia correspondia às pessoas bem-educadas da sociedade. Para os russos, eram pessoas da elite que possuíam um grau de educação e formação, com capacidades superiores de análise e elaboração de propostas sociais. Em meio às discussões existentes, havia os dois lados para *intelligentsia*: de um lado, representava a renovação, a modernidade, a civilidade e o progresso da nação e do povo; de outro lado, era visto pelos críticos como pessoas soberbas que não serviam para representar os interesses da sociedade.

Ainda segundo Vieira (2006), para os franceses o termo surgiu da mesma forma que os russos, perpassados pela polissemia, em que os sujeitos defendem a liberdade e autonomia

em relação às razões do Estado. Em 1898¹, os intelectuais foram vistos como defensores da liberdade e da justiça, em contraste a eles também eram vistos como traidores da pátria e da nação.

A observação de Vieira (2006) mostra que a História dos Intelectuais passou por um momento em que a política, a atividade cívica e a crítica ao poder e estruturas políticas tradicionais eram a base da construção dos termos *intelligentsia* e intelectuais, sendo que na História dos Intelectuais houve uma mudança significativa de percepção em função do comportamento político das elites. Sendo possível perceber que durante o passar do tempo os intelectuais ocuparam lugares na cena cultural com olhares positivos na educação, contribuindo com discursos em vários meios prestigiados pela sociedade.

De modo geral, os intelectuais eram vistos como sujeitos responsáveis em traduzir os objetivos a serem alcançados pela classe dominante em termos teóricos e possuir planos de ação política, sendo eles pessoas importantes para o cenário econômico, social e cultural. Com as produções sobre os mesmos podemos perceber que a História da Educação possui reflexões significativas que ampliam os conhecimentos sobre seu o papel dos intelectuais no cenário educacional, sendo esses sujeitos, fontes na área de conhecimento para a educação.

Para Bourdieu (2006), “não se pode separar a história das ideias, das ideologias, do pensamento da história dos seus produtores”. Refletindo sobre as ações desses sujeitos, surgem aspectos em que é preciso deixar os interesses de classe para que os intelectuais busquem ter autonomia para que se afastem da classe dominante.

Diante disso, podemos perceber que a diferença da História dos Intelectuais entre as demais, surgiu a partir dos atributos teóricos e metodológicos, existentes nos acontecimentos políticos, filosóficos, estéticos, científicos, literários e religiosos que se destacavam nas suas especificações e objetos de pesquisa e de ensino. Nesse sentido, ainda compreendemos que os intelectuais eram sujeitos que, em diferentes contextos, tiveram papel importante nas ações políticas da sociedade. Portanto, buscando identificar e analisar os aspectos mencionados para explicar a História dos Intelectuais e sua relação com a educação.

Segundo Vieira (2011), é possível compreender a relação entre intelectuais e educação mediante os discursos e os projetos políticos que esses sujeitos elaboraram sobre a

¹ De acordo com Vieira (2011, p.3-4), ocorreu o Manifesto dos Intelectuais publicado no jornal Aurora, sendo um acontecimento como um momento simbólico no cenário cultural francês na segunda metade do século XIX, afirmando a posição de um grupo de intelectuais influentes sobre o *affaire Dreyfus*.

importância da educação na modernidade, tendo o protagonismo do Estado como atividade central. Convém ressaltar que o discurso da modernidade contribuiu na visão dos intelectuais para investimentos na cultura e educação. A partir disso, surgiram perspectivas, como especifica Vieira (2011, p. 07) “[...] de afirmar modos de ser e de pensar associados aos sentidos do moderno, da modernidade e da modernização”.

Em busca da atuação dos intelectuais na educação brasileira é preciso identificar as redes de sociabilidades em que os sujeitos se relacionavam, como afirma Galvínio (2013)

[...] é possível atrelar as novas abordagens teóricas e o movimento da história da educação, para compreender a atuação de intelectuais anteriores aos *renovadores da educação*, como sendo um movimento de mão dupla. A invisibilidade desses intelectuais esteve muito associada à crítica de que esses homens pertenciam a uma categoria que estava deslocada da realidade que os cercavam. (GALVÍNIO, 2013, p. 28)

Desse modo, ao nos debruçarmos sobre os intelectuais que atuaram entre o século XIX e início do século XX, mencionados nas pesquisas anteriores que participamos (COSTA, SILVA, 2014, 2015), identificamos contribuições significativas para elaboração da educação nacional, em que as redes de sociabilidades nos levam a compreender o jogo de interesse político e institucional em que esses sujeitos estavam inseridos. Nesse sentido, deve-se considerar os intelectuais como indivíduos atuantes não só politicamente, mas que por sua visão colaborava para uma educação escolar e social que tinham como pando de fundo a modernidade.

No cenário paraibano, os intelectuais contribuíram nas discussões e decisões no que se refere à modernidade, com circulações e debates de ideias, abordando os mais diversos assuntos na Primeira República. Para Galvínio (2013):

Esses sujeitos não podem ser pensados enquanto um segmento social em posição de extraterritorialidade, mesmo que, para efeito de análise, seja legítimo isolá-los, mas, é preciso compreendê-los como parte integrante dos arranjos políticos da época. (GALVÍNIO, 2013, p. 31)

Portanto, é preciso ressaltar que, na medida em que no Brasil estruturava as instituições que davam legitimidade a nação moderna, a escola, como uma dessas instituições, desempenhou papel estratégico (PINHEIRO, 2002, NEGLE, 2009). Nesse sentido, as discussões dos intelectuais são de grande relevância para se entender o cenário do período.

Para tato, buscaremos compreender a trajetória de Irineu Pinto como intelectual paraibano que contribuiu para educação local, bem com os estudos já desenvolvidos sobre a História da Educação na Primeira República e o papel que esses sujeitos tiveram no período. Sendo importante, nesse sentido, uma análise das diversas influências que abordam as contribuições dos intelectuais na educação.

1.2 Educação na Primeira República

A Proclamação da República ocorrida em 1889 traz consigo a marca da exclusão, pois não houve a participação direta ou indireta do povo, já que o golpe transcorreu gradualmente e a consciência do ocorrido deu-se apenas no dia seguinte. Sendo assim, a Proclamação foi resultante de uma necessidade das minorias, em especial das elites cafeeiras, cujo poderio econômico encontrava-se cerceado pela monarquia: “O período que sucedeu a Proclamação da República trouxe consigo uma série de acontecimentos, entre eles, levantes, conflitos, além de um governo instável” (BEDIN, 2011, p.15). Para Bedin (2011), embora alguns movimentos em prol da educação tenham sido registrados no início do século XX, durante a Primeira República (1889-1930), muito pouco foi feito efetivamente.

Carvalho (2011) recupera as ideias fundantes da República de 1889 e as contextualiza. Segundo autor, havia no Brasil três modelos de pensamento republicano: o americano, o positivista e a intervenção popular. Para ele, a principal preocupação dos intelectuais da época eram as dificuldades de implementação dessa forma de governo, tanto a República antiga quanto a República moderna:

O teórico republicano Alberto Sales, após se ter rapidamente desencantado com o novo regime, dizia que os brasileiros eram muito sociáveis, mas pouco solidários, isto é, conseguiam conviver em pequenos grupos, mas eram incapazes de se organizar em sociedade (CARVALHO, 2011, p.30).

Segundo Pinheiro (2002), os ideais do positivismo tiveram um importante valor para a educação pública brasileira no surgimento da República, sendo influenciado por Benjamin Constant. Podemos observar que:

Os princípios positivistas vieram a calhar perfeitamente, dadas as necessidades objetivas, enfatizadas pela elite brasileira para montar todo um discurso a favor da consolidação do estado republicano. Amar, respeitar, desejar a ordem, visando o progresso da pátria brasileira, identificar as

particularidades culturais que transformariam a grande massa comum em um “povo” específico, isto é, o “povo brasileiro” (PINHERO, 2002, p. 102).

Para isso, era preciso trazer para a realidade da sociedade a necessidade de progresso e regeneração dos sujeitos. Pensar na educação como um meio de se chegar a tal objetivo fez com que muitas correntes de ideais surgissem. Esses pensamentos e reformulações sobre a educação nacional estavam voltados tanto para elite, como aos menos favorecidos da época (NAGLE, 2009).

Diante disso, a busca pela formação da identidade coletiva para o país, com base nesse novo governo, foi tarefa da geração intelectual na Primeira República (CARVALHO, 2011, p.30). Segundo Nagle (2009) é possível identificar diversas correntes de ideias as quais os intelectuais defendiam, a saber: o socialismo, o anarquismo, o nacionalismo, o catolicismo, tenentismo, modernismo e integralismo.

O socialismo surge nas ideias de movimentos políticos sociais, diante da realidade do trabalhador que era subordinado, naquele momento, a uma enorme jornada de trabalho, dentre outros fatos. Tal corrente propõe a extinção da propriedade privada e dos meios de produção, a tomada de poder pelo proletariado e o controle do Estado, além da divisão igualitária da renda. O anarquismo segue a mesma linha do socialismo, pois buscava apoiar o desenvolvimento e a discussão de problemas sociais defendendo uma sociedade baseada na liberdade dos indivíduos, tendo como principal estratégia as greves (NAGLE, 2009).

O nacionalismo consistiu em evidenciar a consciência nacional. Para isso, a corrente era formada por duas linhas de movimento, o serviço militar e a instrução. É preciso ressaltar que a grande influência para a organização nacionalista surgiu através da Liga de defesa Nacional (NAGLE, 2009).

O catolicismo precisou se ajustar às mudanças sociais no Brasil. Sendo assim, não deixou de se envolver no cenário político social do país. Sua estratégia consistiu na atuação mais decisiva da igreja, através de reivindicações, continuidade na doutrinação, se posicionando numa posição antirrevolucionária e na manifestação nacionalista. O tenentismo, por sua vez, associou-se a movimentos armados. Desse modo, a corrente teve origens na formação do Exército Nacional (NAGLE, 2009).

O modernismo caracterizou-se pela tentativa de consolidação de um movimento renovador. A primeira geração modernista empenhou-se na renovação da linguagem e das

formas, privilegiando o tratamento de temas sobre a realidade brasileira: “Mobilizava as forças para quebrar as amarras de sujeição ao colonialismo mental, político e econômico, entrando firme na era da maturidade e posse de si mesmo” (DIAS, 2006, p. 20). Mário de Andrade (1984, p.235) afirma que: “O Modernismo no Brasil foi uma ruptura, um abandono de princípios, foi uma revolta contra o que era a inteligência nacional”.

Já o integralismo assumiu um caráter radical, pois seus intelectuais foram capazes de organizar não só as principais ideias e propostas na forma de uma “doutrina” que as encerrava, como também uma intelectualidade. O protagonismo social dos intelectuais integralistas assumiu, assim, um novo patamar, eles propunham o caminho a seguir e não se tratava mais de, unicamente, apontar que o Brasil necessitava de um Estado forte capaz de organizar a sociedade e forjar a nacionalidade, eles tomaram para si a tarefa de construir este Estado, de fazer parte de seus quadros político administrativos, bem como de construir uma identidade e cultura nacionais mediante sua atuação constante na esfera intelectual (RAMOS, 2013).

Para Bedin (2011, p. 31), “embora a realidade da época não refletisse a oportunidade e ascensão das camadas mais pobres, ainda assim, a Primeira República representa um período de mudanças sociais”. Porém, o autor atenta para o fato de que as transformações ocorreram em algumas regiões mais desenvolvidas, enquanto outras se desenvolveram muito pouco ou quase nada:

O Brasil dos anos 1930 era um país cuja miséria social era uma realidade, revelada por nossos intelectuais, vindos de famílias influentes, conhecedores de outras culturas. Entre eles, Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Anísio Teixeira, entre outros (BEDIN, 2011, p.31).

No centro dessas ideias, as transformações alcançaram a escola e a escolarização, que se tornaram objetivo fundamental para solucionar o descompasso da sociedade brasileira. Nesse período surge o otimismo pedagógico e o entusiasmo pela educação dos intelectuais, conforme Nagle (2009).

Ainda de acordo com Nagle (2009, p. 115), “a sociedade brasileira deixa de ser uma sociedade fechada e passa a ser uma sociedade aberta, fazendo com que a escolarização seja analisada no sentido de como ela pode influenciar na sociedade”. Surge na última década da Primeira República a preocupação em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis.

Por fim, Zaparolli (2005), completa dizendo que não houve segmento que não considerasse a educação como uma forma de tirar o Brasil do atraso, do analfabetismo, dos problemas que haviam na Primeira República e como uma forma de desenvolvimento. Segundo autor, o grande entusiasmo pela educação foi olhado como uma forma de resolver problemas de massa, como o emprego, a política e a reforma agrária. Portanto, “A escola é vista pelos republicanos como a porta de entrada para a solução dos problemas” (ZAPAROLLI, 2005, p.7).

2. IRINEU PINTO E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARAIBANA

No estudo sobre a História da Educação ficam evidenciados os sujeitos através das ações políticas e de sociabilidade entre eles, em suas posições afirmam suas ideias de valores. Nesse sentido, alguns fatos ocorridos em nosso país foram abordados ao olhar do intelectual, pesquisador e poeta Irineu Ferreira Pinto. Em sua breve biografia apresentaremos quem foi e o que o mesmo fez durante sua trajetória no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Para isso, precisamos entender como funcionava esse local de sociabilidade entre os paraibanos, onde ocorrem diversas produções através da Revista do referido Instituto, concernentes aos acontecimentos do nosso país. Nesse contexto, a contribuição de Irineu Pinto surgiu no momento em que seus apontamentos para instrução pública transmitem uma atenção maior para educação paraibana durante a Primeira República como o momento propício de grandes mudanças, além das suas considerações que estabelecem um olhar sobre a trajetória da educação partindo desde os períodos Colonial e Imperial.

2.1 A trajetória intelectual de Irineu Pinto

Irineu Ferreira Pinto nasceu na capital do Estado da Paraíba, no dia 7 de abril de 1881, era filho de Francisco Ferreira Pinto e Bernardina Pereira de Alencar Pinto. Passou a ser cuidado pela avó paterna com oito anos ao ficar órfão de pai, que a levou para morar no sítio Barreiras, atual município de Bayeux, onde viveu a infância e iniciou os seus estudos primários na escola do professor João Medeiros. Frequentou o Liceu Paraibano e tinha o desejo de seguir a carreira jurídica. Porém naquela época não haviam cursos superiores na Paraíba, agravado pelo fato da sua tia e avó não dispor de recursos para lhe manter longe da cidade não realizou curso superior².

Devido as suas condições financeiras começou a trabalhar logo cedo para ajudar no orçamento da família. Seu primeiro trabalho foi nos Correios e Telégrafos, exercendo a função de amanuense na área administrativa da empresa. Mesmo trabalhando, ele sempre

² Estas informações foram extraídas do site do IHGP. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/memorial6.htm>>. Acesso em: 12 de jan. de 2015.

priorizou os estudos. Muito cedo se dedicou à vida burocrática ao ser funcionário na administração da Secretaria de Estado³.

Em 1905 Irineu casou-se com Marcionila Augusta de Figueredo, no mesmo ano da fundação do IHGP. Desta relação, nasceram três filhos. Seu filho Piragibe se formou em Medicina e, com o tempo, elaborou uma biografia sobre ele, sendo publicada em comemoração ao centenário do seu nascimento. Piragibe Pinto destacou que seu pai era um jovem divertido, namorador, simpático e que gostava de escrever textos para as moças as quais conhecia (MENESES, 2009).

Irineu Pinto se dedicou também às pesquisas históricas, examinando valiosos documentos, entre esses o que mais lhe chamava atenção foram os encontrados nos arquivos europeus. Em 1913, no Governo de Castro Pinto, mesmo com sua saúde debilitada viajou para Portugal, aproveitando para entregar documentações pesquisadas referentes à história da Paraíba (GUIMARÃES, 1998).

Com muita dedicação fez parte de diversas entidades culturais no país e no estrangeiro. Fundou o Clube Benjamin Constant, núcleo literário integrado pela elite intelectual da Província, dedicados ao civismo e patriotismo. Lecionou Geografia e História Pátria⁴. Colaborava nos jornais, publicando crônicas, sonetos e trovas. Em 1905, na ata de instalação do IHGP, Irineu Pinto consta como um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, onde exerceu os cargos de Secretário e Bibliotecário, integrando a Comissão responsável pela elaboração dos Estatutos da entidade (GUIMARÃES, 1998).

Era sócio honorário do Centro de Ciências e Letras de Campinas (SP), dos Institutos Históricos da Bahia e de Alagoas, da Sociedade de Geografia em Lisboa, da Real Academia de Arqueologia da Bélgica, entre outras associações congêneres. Recebeu medalha de Ouro da Sociedade de História de Paris e uma Medalha de Bronze pela Expedição de Turim (IHGP, 2015).

Irineu Pinto editou dois volumes sob o título “Datas e Notas para a História da Parahyba”, em 1909, e no IHGP tornou-se diretor da Revista, publicado 3 volumes, estando o 4º volume em impressão no dia do seu falecimento. Podemos listar seus trabalhos publicados: O Cólera - Morbus na Parahyba, 1910; Relação dos sequestros, 1910; Resenhas dos Trabalhos

³ Estas informações foram extraídas do site do IHGP: < http://www.ihgp.net/socios_fundadores.htm > Acesso em: 12 de jan. de 2015.

⁴ A fonte não menciona o local em que Irineu Pinto lecionou Geografia e História Pátria.

Científicos, 1910; A Igreja do colégio, 1910; A Instrução Pública na Paraíba, 1910; A Paraíba de Lira Tavares, 1910; Documentos para a Biographia de Pedro Américo, 1911-1912; A Abdicação, 1912; Notas para a história da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo, 1912; Sobre o XVII Congresso de Americanistas, 1912; Assuntos bibliograficos Heroismo em Cabedello; A Capella do Senhor Bom Jesus; A Bahia e o V Congresso de Geografia; Documentos para a Bibliografia de Pedro Américo, sendo estes últimos sem datas publicados após sua morte⁵.

Em outras oportunidades, Irineu Pinto publicou inúmeros artigos nos Jornais: **A União, O Norte e O Comércio**, da Paraíba. Vejamos alguns trabalhos publicados em jornais e revistas⁶: Partindo, crônicas; A Volta ao trabalho, poema; Ao desconhecido, crônica. Atualmente o IHGP é conhecido como “Casa de Irineu Pinto”, nome dado à biblioteca do Instituto. Por ter sido o primeiro bibliotecário, ele tornou-se patrono. Seu nome patrocina a Cadeira nº 18 da Academia Paraibana de Letras e a cadeira nº 24 do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano⁷.

A Biblioteca do IHGP surgiu como um local de bastante importância para o instituto, onde Irineu Pinto exerceu durante sete anos o cargo de bibliotecário em que o mesmo favoreceu para o rápido crescimento da biblioteca, devido ao intercâmbio entre instituições estrangeiras e nacionais. Por sua responsabilidade o local foi organizado e houve um rápido aumento do acervo até 1912. Irineu registrou o acervo em um livro de tombo e, em 1910, ele apresentou uma resenha certificando que a Biblioteca possuía cerca de 2.000 volumes e 30 mapas cartográficos. Em uma comunicação, em sessão de 21 de junho de 1914, Irineu Pinto informou que a catalogação dos livros da Instituição possuía um total de 530 obras, elaborando 623 volumes (GUIMARÃES, 1998).

Irineu Ferreira Pinto faleceu aos 37 anos, em 27 de março de 1918. O instituto passou a ser sua maior paixão, a menina dos seus olhos a tal ponto que, anos depois, sentindo a morte próxima, pediu a seu amigo e Consócio, Flavio Maroja, que não deixasse o Instituto morrer. Podemos observar que sua atuação foi marcante no Instituto como também em sua trajetória de vida, pois Irineu Pinto se dedicou e não mediu esforços para trazer uma identidade ao nosso Estado, levantando questões da época, expandindo e tentando organizar as suas

⁵ Estas informações foram extraídas do site do IHGP: < http://www.ihgp.net/socios_fundadores.htm > Acesso em: 12 de jan. de 2015.

⁶ Não há informação em quais jornais ou revistas foram escritas as crônicas e o poema citados.

⁷ Estas informações foram extraídas do site do IHGP. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/memorial6.htm>>. Acesso em: 12 de jan. de 2015.

publicações e dos demais sujeitos participantes no debate sobre acontecimentos na Paraíba, através da Revista, e de suas publicações em jornais⁸.

2.2 Educação na Paraíba da Colônia à Primeira República por Irineu Pinto

O espaço de sociabilidade intelectual que mais marcou a trajetória de Irineu Pinto foi, sem dúvida, o IHGP e a rede constituída nesse local com políticos e importantes homens de letras da Paraíba. Para tanto, buscamos compreendê-lo por meio da relevância da instituição no fazer histórico paraibano, tendo a Revista como principal veículo de divulgação das pesquisas realizadas por seus integrantes.

A fundação do instituto ocorreu em 7 de setembro de 1905, data em que se comemorava a Independência do Brasil, esse acontecimento foi presidido por Álvaro Lopes Machado o então presidente da época, realizada em uma reunião solene no prédio do Liceu Paraibano, tendo como primeiro presidente do Instituto Francisco Seráfico da Nóbrega, que imediatamente foi lavrado o termo de fundação.

Sendo assim, a comissão promotora foi composta com os Doutores Francisco Seraphico da Nóbrega, João Américo de Carvalho, Eutiquio de Albuquerque Autran, João Pereira de Castro Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, Major Álvaro Evaristo Monteiro, Capitão Augusto Alfredo de Lima Botelho, Acadêmicos Francisco Coutinho de Lima e Moura, Cláudio Oscar Soares, José de Borba Vasconcelos e Romulo Pacheco e o Padre José Thomaz Gomes da Silva. No dia 12 de outubro do mesmo ano, o instituto passou a ter sua sede definitiva, este momento foi marcado com uma sessão solene na sede da Assembleia Legislativa, sendo considerados naquele momento 51 sócios fundadores do instituto.

Em razão de uma busca as raízes paraibanas do Instituto, os estudos e pesquisas foram iniciadas pelos fundadores da instituição, entre eles: Irineu Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, Castro Pinto, Coriolano de Medeiros, fundadores da Instituição. Cabe frisar que em uma resenha escrita sobre a fundação do IHGP, mencionado pelo então secretário Manoel Tavares Cavalcanti que disse:

[...]refere-se à necessidade há muito sentida da criação da entidade, mencionando entre seus precursores José Rodrigues de Carvalho e Irineu Pinto, que, pelos jornais reclamavam a ausência de uma organização

⁸ Estas informações foram extraídas do site do IHGP: < http://www.ihgp.net/socios_fundadores.htm > Acesso em: 12 de jan. de 2015.

destinada a salvar as poucas fontes de conhecimentos históricos que porventura restassem (GUIMARÃES, 1998, p. 20).

Sendo assim, percebe-se o quanto era importante um local de sociabilidade para discussões pertinentes a história da sociedade paraibana. No início, sob a presidência de Flávio Maroja, que dirigiu o Instituto nas duas primeiras décadas deste século, o IHGP tornou-se a Casa da Memória da Paraíba (GUIMARÃES, 1998; PINHEIRO, 2002; COSTA; GALVÍNCIO, 2015).

Nesse sentido, a Instituição tem como finalidade “promover e divulgar no âmbito do estado da Paraíba estudos, pareceres e pesquisas de história e geografia, bem como suas ciências auxiliares e correlatas, contribuindo para um melhor conhecimento da realidade do estado” (COSTA; GALVÍNCIO, 2015, p. 8). Portanto, é possível dizer que:

[...] para que fosse construída a identidade do Homem e da cultura paraibana (paraibanidade) era necessário acima de tudo, resgatar os seus heróis, as datas e fatos que marcaram a história, além de especificidades culturais (musicais, folclórica, etc.) os grandes educadores e os feitos do povo paraibano. (PINHEIRO, 1997, p. 210)

No conhecer dessas ideias, as pesquisas desenvolvidas pelos colaboradores do IHGP, entre eles destacamos o trabalho de Irineu Pinto, além de nos trazer uma forma de memória produzida e divulgada por sua Revista, nos indica para a estreita relação entre a instituição e a escrita da história da educação paraibana, a qual nos revelam fatos significativos dos momentos históricos da nossa educação local. No início, o Instituto tinha como atividades a captação de documentos importantes para a memória e suas primeiras pesquisas foram de caráter histórico, com bastante livros, documentos, mapas, objetos históricos e peças arqueológicas (GUIMARÃES, 1998). Atualmente o IHGP possui sede própria em João Pessoa, Paraíba. Em seu espaço encontram instalados o auditório Humberto Nóbrega, o Museu Ernani Sátiro e a Biblioteca Irineu Pinto, com variado acervo de obras (COSTA e GALVÍNCIO, 2015).

Na esteira dessas produções históricas, Irineu Pinto publicou na Revista do IHGP, em 1910, uma pesquisa sobre a educação paraibana, intitulada de “A Instrução Pública na Parahyba: apontamentos para sua história”. Irineu Pinto (1910) relatou sobre a educação e os acontecimentos entre os períodos: Colonial, Imperial e, por fim, o início da Primeira República.

Nesse sentido, nosso estudo busca evidenciar os temas sobre a história da educação paraibana, através da memória identificada nos levantamentos históricos apontados por Irineu Pinto. De acordo com Costa e Galvêncio (2015, p. 9) o texto tornou-se: “[...] emblemático, pois se insere numa tradição de textos que vislumbraram dar continuidade à marcha da civilização entre nós, amparados pelos fatos históricos que inseriram o Brasil e, mais especificamente a Paraíba, na continuidade da civilização grecoromana e ibérica”.

Irineu Pinto (1910), no início do seu escrito, relatou um breve aparato sobre a evolução do ser humano e tudo que o cercava. Pinto (1910) citou o desenvolvimento das sociedades ocidentais desde os homens das cavernas, os egípcios, as migrações dos povos de Tróia, do Império Grego, da Roma antiga, de Portugal e até chegar no descobrimento do Brasil.

Pinto (1910) descreveu que para tal evolução das sociedades o progresso era fundamental. Nesse sentido, a sociedade brasileira fez parte desse processo iniciado na pré-história, sendo com a chegada dos portugueses e os missionários religiosos no Brasil que começaram o processo de civilização entre nós por meio da catequização dos índios. Nesse cenário do período Colonial, Pinto (1910) contextualizou como se deu a evolução e as descontinuidades do progresso via educação na Paraíba. Para tanto, destacou a contribuição dos religiosos:

[...] os missionarios das tres ordens religiosas, Carmo, São Francisco e São Bento e a Companhia de Jesus, começaram com regularidade a catechese dos tabajara e potyguaras parahybanos, com certesa não se descuidasram da educação dos filhos dos colonos que procuravam á sombra dos incipientes conventos o saber que lhes podia ser prodigalizado. Esta instrução rudimentar cifrava-se em alguns principios de leitura, escripta e conta, mais tarde, com desenvolvimento das latinidades. (PINTO, 1910, pp. 312-313)

Desse modo, Costa e Galvêncio (2015, p. 10) ressaltam que “A educação jesuíta foi moldada em tradições e costumes europeus, processo que indica a intenção de instaurar a cultura do colonizador”. Assim, percebemos como conta a história de que em todo o Brasil os índios existentes foram instruídos por religiosos sendo a única instrução ofertada a população.

No decorrer do período colonial, depois da invasão holandesa, exatamente doze anos depois, Frei João Gondim toma posse do cargo de “abbade de S. Bento” (PINTO, 1910, p. 313), em que ministrava aula de Latim. A Companhia de Jesus buscava educar a população existente, enquanto alguns filhos dos ricos eram enviados para a metrópole, naquela época

Portugal, para serem instruídos em Coimbra ou mandados para qualquer convento para tornarem-se frades.

Pinto (1910) apresentou também a educação no interior, relacionando como era precária a instrução na capital e concluiu que a instrução aqui existente era muito difícil, relatando que enquanto na capital existiam homens livres e analfabetos, sendo eles entregues as pequenas indústrias, do outro lado, no interior existiam sertanejos que cuidava do gado, uma troca entre criadores como uma forma de comercialização. Em seguida, Pinto (1910) destacou que, em 1593, a Companhia de Jesus teria sido expulsa, voltando a atuar em outro momento. Nesse retorno, os jesuítas obtiveram doação para manter o seu colégio:

Logo chegando, teve a felicidade de obter de Manoel da Cruz e de sua esposa D. Luiza do Espirito Santo uma doação de doze contos de reis ou 30:000 cruzados em beneficio do seu collegio começado com a condição expressa deserem creadas as aulas de philosophia, latim e primeiras letras. (PINTO, 1910, p. 314)

Com efeito, os jesuítas ao retornarem trouxeram uma visão de renovação, contribuindo para civilização da sociedade paraibana. Entretanto, para Pinto (1910, p. 315) a instrução da Paraíba estava baseada “no ensino puramente religioso e entregue somente ao clero. As grandes conquistas que o homem havia adquirido pelo saber, as idéas novas que surgiam pela Europa, não podiam ter echo nos conventos”. Dessa maneira, percebia que o governo não possui poder sobre a educação paraibana, sendo a igreja responsável por esse papel na sociedade.

Pinto (1910) descreveu que através da educação para a mocidade, por sua vez, o governador liberou uma verba de “200\$000” (duzentos mil réis) por meio de um Alvará do dia 4 de maio de 1751, e depois com outros valores arrecadados com os moradores ocasionou a construção, em 1760, do prédio do Palácio, o Liceu e a igreja intermediária, sendo avaliados no valor de “12:000\$000” (doze milhões réis). Em meio a esse acontecimento, em 1755, Pinto (1910) destacou a criação da “Companhia de Commercio de Pernambuco e Parahyba”, trazendo para a sociedade paraibana o desenvolvimento comercial.

Nesse contexto, Pinto (1910) mencionou que, em 1760, foram expulsos do Brasil os jesuítas por ordem do Márquez de Pombal e fechado o seu colégio, mudando, assim, a fase de vida intelectual paraibana. Para Pinheiro (2002), “o modelo implantado por Pombal pautava-

se por uma concepção iluminista de instrução, diretamente inspirada na obra de Luís Antônio Verney⁹”.

Em 1766, Pinto apontou que uma cadeira de língua latina foi criada e após 17 anos, no ano de 1783, ela foi ocupada por João Adolpho, sendo o mesmo o primeiro professor a ser pago pelos cofres da Capitania com o valor anual de “300\$000” (trezentos mil réis). Em 1772 a reforma de Márquez de Pombal concede novas escolas ao Brasil:

[...] creando-se muitas escolas menores com mestre de ler, escrever e contar e aulas de latim, grego, rhetorica e philosophia, cabendo a Pernambuco quatro das primeiras, que me parece, deu uma a Parahyba, porque nesta epoca estava sob a sua subordinação. Esta reforma foi publicada pela Carta Regia de 6 de Novembro daquele anno. (PINTO, 1910, p. 316)

Para Pinheiro (2002), o contexto sócio econômico e político do Brasil não era favorável para investimentos na instrução pública pelo simples fato de que o país era uma colônia, governado pelos portugueses, para tanto sem autonomia governamental. Outro fator importante para instrução paraibana relatada por Pinto (1910) ocorreu, em 1821, a criação da escola primária, sendo indicadas para a infância masculina, com a direção dos mestres Joaquim José Pereira e Amaro Soares do Avelar.

As primeiras sedes foram no bairro alto Varadouro, passados cinco anos, foram criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas dependentes de Portugal, através da portaria de 6 de abril de 1822, da Secretaria dos Negócios do Rei, tendo sua execução pelo edital da Junta Governativa de 28 de agosto do mesmo ano. Em função dessa portaria, criou-se outras cadeiras no: “[...] Conde, Alhandra, Montemór, S. Miguel, Pilar, Villa Real do Brejo de Areia, Villa Nova da Rainha, Villa Real de S. João, Pombal, Villa Nova de Souza” (PINTO, 1910, p.318). Uma vez que as cadeiras foram fornecidas à sociedade, foi criado edital para concurso. Segundo Pinheiro (2002), nesse primeiro momento, a província obteve no total doze escolas primeiras letras.

Irineu Pinto (1910) deu sequência ao seu estudo sobre a educação paraibana se detendo com mais profundidade ao período imperial. Segundo Costa e Galvêncio (2015, p. 11) fica claro que: “O maior destaque dado por Irineu Pinto (1910) em seu escrito, sem dúvida, foi para os acontecimentos históricos e políticos que se desenrolaram ao longo do século XIX no Brasil e na Paraíba”.

⁹ Um dos mais importantes ideólogos do Iluminismo português.

Pinto (1910) retratou a notícia de que, em 18 de abril de 1828, em sessão de Conselho de Província, o Padre Joaquim Antonio Leitão apresentou uma indicação criando a primeira escola feminina, localizada na Capital, sendo fornecido a D. Maria da Conceição Cabral. Um ano depois, em 1829, no período do primeiro trimestre foram feitos um levantamento com a frequência do total de alunos, os quais ficaram divididos da seguinte forma: “[...] 220 alunos, inclusive 18 meninas; nas escolas particulares 50 meninos e 29 meninas e no segundo, 406 alunos, ao todo. Na aula de Grammatica Latina a frequencia era de 22 meninos” (PINTO, 1910, p.319).

Pinto (1910) elaborou uma tabela que continha as seguintes informações: ano, escola e frequência. Essa tabela foi realizada entre os anos de 1842 até 1906, contudo, o autor não discriminou o sexo dos alunos. Pinto (1910) percebeu que os dois primeiros anos (1842-1843) cresceu a participação dos alunos, partindo de 656 frequências; nos anos de 1846 e 1848 não houve frequências registradas. Em 1850 constatou que havia apenas 357 alunos frequentando as escolas; em 1851, mais uma vez, não registrou quantidade. A partir do ano de 1852 apareceram 1263 alunos frequentando as escolas e assim por diante as frequências cresceram. Entretanto, em alguns anos oscilam, sendo observados que não são anos sequenciais, fica sem aparecer na lista os anos de: 1844, 1845, 1849, 1864, 1866, 1869, 1886, 1889, 1890, 1891, 1893, 1894, 1895, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1905.

Diante do que foi exposto, Pinto (1910, p. 320) relatou que “A expansão gradual desta instrução elementar acompanhando a evolução parahybana, foi o motivo, parece, da imperiosa necessidade de uma melhor orientação litteraria no espirito do povo [...]”. Cabe frisar que entre os anos de 1783 e 1820 foram criadas apenas duas cadeiras de primeiras letras.

No que se refere ao início do império, Pinto (1910) norteia alguns acontecimentos na Paraíba, sendo possível perceber em alguns momentos o atraso na instrução e a configuração do estado em buscar melhoramentos instrucionais. Segundo Pinheiro (2002), em maio de 1823 surgiram dois projetos de Lei através da Comissão Instrução Pública, um deles foi o Tratado da educação para mocidade brasileira e o outro foi a criação de universidades. O segundo projeto que tratou da criação de universidades foi retratado por Pinto, em 1831, quando no governo de Dr. José Thomaz Nabuco de Araujo, sugeriu a criação de um curso superior, desvinculando “[...]a mocidade parahybana da tutela litteraria dos cursos identicos

de Olinda e Recife, e abrindo uma nova era aos que procuravam nos livros uma educação integral” (PINTO, 2010, p. 320).

Outros fatos importantes destacados por Pinto (1910), nesse mesmo ano, foi a sessão do Conselho adjunto do Governo, em 7 de junho de 1831. Nessa ocasião foi criado o “Lyceo Parahybano”¹⁰, sendo oferecidas as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retorica, Geografia e elementos de História e Francês sendo os professores pagos anualmente no valor de “500\$000” (quinhentos contos de réis). Devido a essa iniciativa, surgiu o edital publicado em 22 de setembro, em que consistia abertura de concurso, porém não surgiram candidatos para os cargos, exceto para a cadeira de Francês.

No ano seguinte, outro edital, de 22 de dezembro, sendo ele um terceiro edital de 10 de fevereiro as demais cadeiras foram preenchidas e realizadas todas as aulas. Para tal situação, o autor afirma, “Dahi por diante a cultura da mocidade parahybana accentuou-se, preparando-se esta cohorte de patricios illustre que figuraram com muito brilho em todas as conquistas do saber, no meiado do século XIX, até os nossos dias” (PINTO, 1910, p. 321).

Naquele mesmo ano, exatamente 30 de abril, também surgiu a cadeira de Geometria, cuja as aulas, em 1832, ficaram aos cuidados de Manoel Caetano Velloso. Com relação aos outros que ministraram as demais cadeiras, o autor lamentou a falta de documentação e disse:

A’ falta de tempo para dar uma busca no archivo do Lyceu, me priva de ser minucioso e até omisso neste trabalho, por não citar os nomes destes illustres membros dos Magisterio que tiveram a felicidade de ser os primeiros mentores da mocidade parahybana, abrindo esta aurora de luz, que até hoje ainda não foi ultrapassada (PINTO, 1910, p. 321).

Nesse contexto, em 1835, com todas as cadeiras existentes se intitulou a instituição de Liceu, por meio da Lei nº 11 de 24 de maio deste mesmo ano. A instalação do Liceu definitiva no térreo da Tesouraria da Fazenda, que mais adiante se tornou Delegacia fiscal. Para manter o Liceu utilizou-se das cabeças de gado que eram abatidos para o consumo da população, sendo a província responsável para manter a instrução na Paraíba. No ano seguinte, a Lei nº 11 – de 24 de março, retratada por Manoel Maria Carneiro da Cunha, Vice-Presidente de Província da Paraíba do Norte, mencionou que:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte. Art. 1o – Fica

¹⁰ A grafia se reporta ao modo como Irineu Pinto (1910) registrou em seu texto.

estabelecido nesta Cidade um Liceu, que será composto dos professores das cadeiras de Latim Francês, Retórica, Filosofia, e primeiro ano Matemática, já criadas na mesma Cidade, de dois substitutos, um para estas duas últimas cadeiras, e outro para as três primeiras; e finalmente em porteiro. Art. 2o – O liceu será colocado no 1o andar do edifício, em que presentemente se reúne a Assembléia Legislativa Provincial. Art. 3o – Os sobreditos lentes reunidos em congregação nomearão dentre si, a escrutínio secreto e a pluralidade relativa, um Diretor e um Vice-Diretor (CUNHA, 1836 apud PINHEIRO, 2004, p. 95)

Por sua vez, a criação do Liceu se tornou apta para desempenhar as suas funções públicas proporcionando uma educação aos jovens paraibanos. O Dr. Tavares Cavalcanti utilizou-se de palavras em uma conferência do IHGP, sobre as funções públicas desempenhadas pelo Liceu na história da educação paraibana, ressaltando que o local teria grande relevância para educação da província, tornando-se a mesma independente da instituição de Olinda (PINTO, 1910).

Corroborando com a perspectiva de Dr. Tavares Cavalcanti, Irineu Pinto (1910) identificou que, em 1837, com a Lei nº 20 de 6 de maio, no seu artigo 6, deixava claro a reforma da instrução, quanto ao que se refere a função dos professores do Liceu. Nesse momento, o Presidente da Parahyba do Norte, Bazílio Quaresma Torreão, em Assembleia Legislativa Provincial Decretou e sancionou a Lei que:

Os professores serão examinados, e obrigados a ensinar as matérias seguintes: ler, escrever, as quatro operações de aritmética prática, de quebrados, decimais, proporções, as noções mais gerais de geometria prática, [sem demonstrações], gramática da língua Nacional, os princípios de moral cristã e da doutrina da religião Católica Apostólica Romana, proporcionada a compreensão dos meninos. Para a leitura dos alunos serão preferidas as constituições do Império o Resumo de História do Brasil, e o opúsculo – Palavras de um Crente. (TORREÃO, 1837 apud PINTO, 1910, p. 323)

Em síntese, para os professores estavam descritos os seus deveres para com os alunos, um ensino projetado com o objetivo de seguir regras. Para tal cargo, eles deveriam ser concursados e as aulas seriam administradas duas vezes ao dia, trabalhando das oito horas até as onze da manhã e das duas até as cinco da tarde. Os professores ainda deveriam tratar seus alunos com mansidão, bom senso, manter uma amizade criteriosa que influenciasse nos seus ensinamentos, mas também deveriam punir os alunos com repreensões, castigos morais, utilizar da palmatoria sem superar mais de seis palmadas, mas tudo com moderação e correspondente a idade do aluno.

Mais adiante, Pinto (1910) apontou que, em 1839, houve a criação da cadeira de inglês, em que o professor deveria ensinar a gramática e a pronúncia. Nos anos seguintes de 1840 e 1841, a Lei orçamentaria criou mais duas cadeiras, uma de Gramática da Língua Nacional e outra do Comércio, em medida dessas novas cadeiras foram abertos concursos por editais de 22 de Janeiro e 4 de março. Assim sendo, Manoel Lobo de Miranda Henrique, Vice-Presidente de Província da Paraíba do Norte, em Assembleia Legislativa Provincial Decretou e sancionou a Lei determinada para o professor de Inglês do Liceu paraibano que é referida no Art. 2º: “[...] O professor de inglês ensinará tanto gramática e tradução desta língua como a sua pronúncia” (HENRIQUE, 1839 apud PINHEIRO, 2004, p. 96).

Pinto (1910) descreveu que, por meio da Resolução do governo de Frederico Carneiro de Campos do dia 26 de fevereiro de 1846, no Art. 5º a reforma das cadeiras e dos estudos dos livros do Liceu ficaria da seguinte forma: quanto ao primeiro Latim, Francês – traduzir e falar. Retórica, poética, geografia e história, Filosofia racional e moral, Aritmética, Geometria, Álgebra até equações do 2º grau, Trigonometria retilínea. Partindo desse, a resolução dos livros 1ª Cadeira: Grammatica latina por Padre Antonio Pereira, Cornelio, Vida dos imperadores, Fabulas de Phedro, Salustio, Virgilio e Arte poética de Horacio; 2ª Cadeira: Grammatica franceza de Sevene, Aventuras de Telemaco e Theatro de Voltaire; 3ª Cadeira: Rhetoricado Padre Marinho, Poetica de Pedro José da Fonseca, Geographia de Urculo, Chorographia do Padre Miguel e Historia, principalmente do Brasil, de Belegarde; 4ª Cadeira: Philosophia de Geruzer; 5ª Cadeira: Arithmetica de Besout, Algebra de Lacroix, Geometria e Trigonometria de Lagandre.

Em 1849, o então presidente da província, Dr. João Antonio de Vasconcellos nomeou o Padre João do Rego Moura para a diretoria da Instrução Pública, descrita pela Lei nº 14 de 4 de outubro do ano citado, ele também tratou sobre a palmatória deixando claro que essa a forma de punição aos alunos não é o melhor caminho para instruir as crianças a se comportarem. Assim sendo, extinguiu o uso da palmatoria e atribui outros meios para disciplina dos mesmos, sendo encontrados no Art. 36 da Lei mencionada os castigos autorizados são os seguintes:

1º) Uma ou mais notas más. 2º) A perda do lugar alcançado em diversos exercícios. 3º) A restituição ou privação de um ou diversos prêmios 4º) A privação de uma parte ou da totalidade das recreações com aumento de trabalho. 5º) Os rótulos com as palavras falta de verdade, indisciplinada, falador, preguiçoso, etc., designando a natureza do erro. Estes rótulos colocados em papelão são pendurados ao pescoço do discípulo por um

cordão, caindo-lhe sobre as costas, que assim conservarão somente dentro da escola. 6º) O ajoelamento durante uma parte da aula, ou da recreação: este castigo nunca excederá de um quarto de hora. [...] (VASCONCELLOS, 1849 apud PINHEIRO, 2004, p. 25).

Nesse contexto, percebemos que ao invés da punição física, trata-se a disciplina com humilhação do aluno diante de toda turma. No ano seguinte, em 1850, Pinto (1910) descreveu que no relatório do Presidente da Província José Vicente de Amorim Bezerra, em que o mesmo tratou da importância de uma cadeira de desenho no Liceu, passando a ser exercida, no dia 18 de julho do ano seguinte, pelo professor José Joaquim de Lima Junior.

No ano seguinte, em 1851 o Presidente Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque destrinchou críticas ao presidente anterior, considerando que a instrução estava longe de prestar benefícios aos paraibanos. Neste mesmo ano, Pinto (1910) descreveu o corpo docente do Liceu identificando os professores: padre João do Rego Moura, Severiano Antonio da Gama, Fr. Fructuoso da Soledade Segismundo, Manoel Porfirio Aranha, Manrique Victor de Lima, tendo os substitutos Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcante e Rufino Olavo da Costa Machado. No ano seguinte, em 1852, o então presidente referiu-se aos professores em geral como

[...] O espírito de intolerancia vive infelizmente com muita força entre nós, e o professor, chefe ou mesmo soldado activo, temerario e audaz de um partido político não é professor publico da mocidade, mas particular de um partido, cargo que certo não foi creado pela nossa constituição ou leis posteriores. (ALBUQUERQUE, 1852 apud PINTO, 1910, p. 327)

Nesse contexto, o presidente deixou claro que o fracasso e insuficiência de alunos para preencher as cadeiras no Liceu era atribuída pela falta de instrução dos professores para lecionar suas aulas. Pinheiro (2002) menciona a questão da precária remuneração dos professores. O autor ainda afirma que em Relatório da província da Parahyba de 1853, foi mencionado o descaso da baixa remuneração dos professores: “Os gestores da instrução pública na província da Parahyba do Norte percebiam a relação direta entre nível salarial, qualificação dos professores e a conseqüente qualidade da instrução pública” (PINHEIRO, 2002, p. 22). A desvalorização dos professores era enfatizada nos relatórios dos diretores da instrução pública na Parahyba do Norte durante o período imperial. Os gestores públicos responsabilizavam os professores pelo mal andamento da instrução: falta aptidão, falta gosto de profissão, precária remuneração e falta formação que deveria ser dada pelo estado.

Ainda sobre o mesmo período, Pinto (1910), destacou o padre Rolim considerado um homem sábio, modesto e admirado por onde passava, ensinando as letras no interior de Cajazeiras e nas Províncias vizinhas do Ceará e Pernambuco. Em Cajazeiras ele criou um Colégio, que só em 1854 foi implantada uma cadeira de instrução primária pelo governo.

Pinto (1910) evidenciou que, em 1858, o Diretor da Instrução Publica, Manrique Victor de Lima, lembrou de 11 (onze) medidas que deveriam ser tomadas para a reforma da instrução primária: 1º criação de mais escolas de primeiras letras; 2º remuneração adequada para os professores da instrução primária e secundária; 3º o fornecimento de livros; 4º Casas para escolas; 5º estabelecimento de um internato; 6º criação de aulas de desenho, física, química e escrituração mercantil; 7º separação do ensino francês e do inglês; 8º validade dos exames feitos no Liceu com as Academias e Faculdades do Império; 9º Criação de uma biblioteca; 10º supressão das duas substituições do Liceu; 11º criação de um contínuo.

No mesmo período, a Paraíba era administrada por Henrique de Beaurepaire Rohan. Sobre o assunto Pinto (1910, p. 330) disse: “Achava-se nesta epoca na direcção administrativa da Provincia um dos brasileiros de mais renome e conhecimento. Era elle essa personificação do trabalho que não tem limites e que nem um outro igualou. Refiro-me a Henrique de Beaurepaire Rohan, [...]”.

Pinto (1910) se refere que nesse momento surgiu a Escola Prática de Agricultura criada por Rohan, pois o mesmo realizou obras importantes para educação paraibana, preparando os homens para conquistas agrícolas pela Lei nº 24 de 4 de julho de 1854, assinada pelo Dr. Flavio Clementino da Silva Freire.

Dessa iniciativa, se apresentou um relatório a Assembleia Legislativa, em 1858, em que foi descrito como deveria proceder a Escola prática de Agricultura. Esse relatório foi citado por Pinto (1910) que enfatizou o valor da representatividade de Beaurepaire Rohan e de suas ideias. Nesse momento, foi descrito todo o relatório que tem como objetivo explicar que o ensino deixaria de ser literário para se tornar uma aprendizagem aos jovens das classes menos favorecidas para que tivessem um estudo público e profissionalizante, fazendo também com que as indústrias crescessem. Sobre esse fato Rohan relatou que:

Pondo de parte o que semelhante proposição póde ter de offensivo pára com a maioria da nossa população, concedendo, até certo ponto, que a generalidade das familias pobres, já affeitas as privações que as creão, não se deixarião seduzir peloas attractivos do trabalho, nem pela esperança de gozos que nunca tiverão, attendamos, ao menos, para a infancia, e

procuremos utiliza-la por meio da educação industrial. (ROHAN, 1858 apud PINTO, 1910, pp. 333-334)

Nesse contexto, Rohan (1858, apud PINTO, 1910) estava preocupado com a condição das crianças pobres, as quais não deveriam deixar sua infância de lado, para se submeter ao trabalho. Nesse sentido, poderia haver uma troca embutida do trabalho escravo para o trabalho livre. Ou seja, as crianças das classes populares deveriam ter uma educação para o preparalhes para o mundo do trabalho, contudo, as atividades laborais não deveriam ser antecipadas na infância.

Para a Escola de Agricultura, ainda houve a contratação de um chefe dos jardineiros e a compra de um terreno para estabelecer um jardim botânico, sendo esse empreendimento o ponto de partida para referida escola. Beaurepaire Rohan (1859, apud PINTO, 1910) descreveu as características do jardim: “São ainda poucas as obras d’arte que nella se tem executado. Consistem apenas em uma cerca de varas com quatro entradas [...] destocou-se todo terreno, lavrou-se e preparou-se uma parte dele para receber o arvoredado e demais vegetaes [...]” (ROHAN, 1859 apud PINTO, 1910, p. 336). Além da descrição do local, ainda nomeia uma comissão encarregado para cuidar do Jardim Botânico, composta por: Manoel Odorico Cavalcante de Albuquerque, Francisco de Assis Carneiro e Manoel Caetano Velloso.

Sobre as contribuições de Rohan, Pinto (1910) ainda ressaltou com bastante entusiasmo a criação da escola para a educação das mulheres. Com Lei nº 13 de 4 de novembro de 1858, criou-se o Colégio de Nossa Senhora das Neves, sua instalação foi concretizada, apenas, em 5 de fevereiro de 1859. Para diretoria e para ministrarem as aulas, Rohan nomeou professoras:

Nomeei directora do collegio a Sra. Rozalina Tertuliana de Almeida, a qual, além deste encargo, tem igualmente o de professora de instrucção primária. Para professora de Geographia e historia nomeei a Sra. D. Idalina Margarida d’Assumpção Henriques. Havia contractado para o ensino de piano e canto a artista Erminia Guechiari. (ROHAN, 1859 apud FERRONATO, 2015, p. 154)

Contudo, mesmo com os esforços de Rohan para estabelecer uma educação que encaminhasse os paraibanos para o progresso, pouco tempo depois, Pinto (1910) ressaltou que a Escola de Agricultura e o Colégio de Nossa Senhora das Neves foram suspensas pelo presidente Silva Nunes. Com efeito, do primeiro restou apenas a vista como um simples

jardim botânico e a do segundo, por ter bastante despesas, funcionou com número limitado de alunas.

Pinto (1910), em seu texto, elencou outro momento significativo para educação paraibana no período imperial, o qual identificou pelo tema: “ESTADO DA INSTRUÇÃO NA PROVINCIA”, constituído em um relatório do diretor da instrução pública Dr. Diogo Velho Cavalcanti e apresentado ao Presidente Luiz Antonio de Silva Nunes, em 1861. O referido relatório teve como objetivo tecer melhoramentos para a instrução pública paraibana articulando a organização e distribuição de forma adequada ao ensino. Para isso, a Lei nº 12 de 8 de agosto de 1860, suspendeu a execução do Regulamento de 27 de janeiro, como também está descrito em Ferronato (2015, p. 175) sobre o relatório citado

Este assumpto importantíssimo é regulado actualmente pela lei provincial n. 12 de 8 de Agosto de 1860, que suspendendo a execução do Regulamento expedido em 27 de Janeiro do mesmo anno pela Presidencia da Provincia, restabeleceu a legislação anterior com ligeiras modificações. Vigora pois o regulamento de 11 de Março de 1852. (CAVALCANTI, 1860 apud FERRONATO, 2015, p. 175).

Sobre o assunto, Pinheiro (2002, p. 36) mencionou que: “No período imperial, nem sempre as medidas tomadas na sede do Império em relação a instrução pública, especificamente eram de imediato adotadas nas províncias [...]”, pois, muitas vezes, as circunstancias financeiras não eram favoráveis, assim várias medidas precisariam ser tomadas para o progresso da educação.

De acordo com relatório de Diogo Velho Cavalcanti, (1860), a primeira medida consistiu em “instituir a pedagogia” e “criar o professorado”. Ou seja, alunos que se tornariam “alunos mestres” depois “adjuntos” e, por fim, tornariam-se professores efetivos. Outra medida, citada foram os meios de difundir o ensino em relação as necessidades locais e sociais do sujeito, no que se refere a primeira medida ele voltou atrás e não levou adiante seu pensamento.

De forma geral, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, diretor da instrução pública naquele momento, em relatório apresentado ao Presidente Silva Nunes, em 1861, relacionou vários pontos que deveriam ser melhorados aos olhos da modernidade e progresso da instrução na Paraíba, como, por exemplo: o ensino primário, o ensino agrícola, mercantil, industrial ou artístico (PINTO, 1910).

Nesse mesmo ano em 1860, Pinto (1910) acrescentou informações de outro relatório, dessa vez de Manoel Portirio Aranha. Aranha enfatizou as dificuldades que o ensino primário passava, entre essas, estaria a relação entre as famílias mandarem seus filhos para receber educação. Para Aranha, as leis educacionais deveriam obrigar os pais a enviarem seus filhos para as escolas, quanto isso o poder público teria que fiscalizar esses pais para que cumprissem com o dever de instruir seus filhos.

Nesse último caso, segundo Pinheiro (2002, p. 57): “apesar da unificação da instrução pública no Brasil ser geralmente, objeto de enfática defesa, só em 1860 - quatro anos depois, portanto, tentou-se colocar em funcionamento o sistema de graus”. Nesse sentido, as reformas educacionais para Manoel Portirio Aranha precisavam melhorar gradativamente no que rege ao cumprimento da lei.

Aranha (1861, apud PINTO, 1910) continuou seu relatório, o qual buscou sintetizar as melhores medidas para reformas como, por exemplo: a mudança do método do ensino adaptado nas escolas primárias e o ensino religioso que para ele não havia professores capazes para repassar o ensinamento cristão. Seguindo ainda a mesma linha, Aranha acreditava ser indispensável o sistema de inspeção, em que afirmou “[...] além de serem inteiramente incompletas insuficiente as atribuições que o actual Regulamento confere a esses funcionários, succede que nem essas mesmas são fielmente executadas por eles” (ARANHA, 1861 apud PINTO, 1910, p. 345).

Outra crítica existente no momento em discussão, foi sobre as acomodações das escolas, onde não havia materiais adequados: “Nada absolutamente se encontra nellas que atteste a excellencia de uma casa de educação” (ARANHA, 1861 apud PINTO, 1910, p. 346). Em seguida, comentou sobre a educação secundária oferecida em duas cadeiras pelo Liceu que não tiveram proveito as cadeiras de Latim, ressaltando que o Liceu além de ser pouco frequentado, as artes e as profissões industriais estavam esquecidas naquele lugar.

Em 1865, Pinto (1910) relatou que o presidente Dr. Sinval Odorico de Moura criou uma escola de Aprendizes Artífices, com objetivo de educar órfãos e filhos de pais pobres da província. A Lei nº 6 de 1 de outubro, através do vice-presidente Dr. Felisardo Toscano de Brito¹¹ descreveu em relatório da Província da Paraíba do Norte, em decreto o “Art. 1º – O

¹¹ Consta na referência de Ferronato (2015) que o Vice-presidente da Província da Paraíba do Norte usando da faculdade que lhe confere o artigo 24, parágrafo 4º da Carta de Lei de 12 de Agosto de 1824, e em vista do

Colégio de Educandos Artífices, criado nesta capital, em virtude da lei no 6 de 1o de setembro de 1859, tem por fim recolher, educar e instruir os meninos pobres e desvalidos da Paraíba” (BRITO, 1865 apud FERRONATO, 2015, p. 269). Sobre isso, o presidente mencionado também observou que a ideia seria válida para educação no Liceu, pois semearia bons frutos.

Em 27 de outubro de 1866, foi inaugurado o Colégio de Artes e Ofícios, no sítio Cruz do Peixe¹² tendo como diretor o Padre Joaquim Victor Pereira. Nesse estabelecimento, os aprendizes deveriam desenvolver trabalhos com a alfaiataria e a sapataria e, em 1869, o instituto ganhou uma banda de música. Mais uma vez, como se pode observar no que se registro sobre a educação paraibana, as melhorias não foram medidas de longa duração, nesse caso não passou mais de oito anos e o colégio, em 1874, foi extinto pelo presidente Dr. Silvino Elvidio C. da Cunha.

Entretanto, apesar dos retrocessos das medidas educacionais citadas, Irineu Pinto (1910) constatou que a década de 1870 foi um momento em que Brasil prosperou devido a circulação das ideias republicanas. Nesse sentido, o progresso tentava se estabelecer na província da Paraíba. De acordo com Pinheiro (2002, p. 66) “[...] a historicidade educacional brasileira e paraibana, parte da implantação do regime republicano, tornando-se a educação preocupação central nos discursos políticos”.

Pinto (1910) mencionou o relatório de Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, em 1874, o qual tratou sobre o ensino livre e instrução obrigatória. Assim, para Carneiro da Cunha a dedicação a causa pública seria um elemento importante, tendo em vista que:

Tratarei em primeiro lugar da instrução primária. É minha firme opinião, que o ensino publico do modo, por que vai, não nos pode offerecer garantia de progressivo desenvolvimento; precisamos fazer-lhe profunda alteração. Entendo que a primeira reforma é a seguinte: Ensino livre, instrução obrigatória. (CUNHA, 1874, apud PINTO, 1910, p. 352)

Contudo, a economia não era favorável para suprir o ensino obrigatório. Pinto (1910) descreveu que mais três leis educacionais sugeriram no ano de 1874: a primeira de 26 de março, foi criada a primeira Escola Normal. Nessa mesma época inaugurou os primeiros cursos

disposto no art. 2º da Lei Provincial no 6 de 1º de setembro de 1859 resolve que se execute o a Lei citada sobre Colégio de Educandos Artífices.

¹² Neste local existia um hospital, em que os prédios foram aproveitados mais tarde para a instalação do Colégio de Artes e Ofícios.

noturno e para educação secundária foi criada uma Lei nº 145 de 31 de agosto, para preparar os professores encarregados para ensino da educação secundária.

Em virtude disso, a Lei nº 564 de 28 de setembro de 1874 criou uma cadeira de ensino normal no Liceu paraibano com a responsabilidade atribuída ao professor Joaquim de Lima e Moura. Em razão do período da seca tal feito, em 1877, decaiu a instrução pública. Segundo Pinheiro (2002, p. 62) a situação da instrução é justificada devido “[...] a permanente precariedade do ensino e a oscilação da oferta de cadeiras isoladas pelo poder público paraibano, em virtude da baixa arrecadação de impostos nos longos períodos de estiagem”.

Em 1881, passado a seca, Pinto (1910) descreveu que o Dr. Ivo Magno Borges da Fonseca passou a ocupar a diretoria da Instrução pública, dando bases de uma reforma da instrução para o governo do Dr. Justino Ferreira Carneiro, em regulamento de 30 de agosto do mesmo ano. Sobre os encaminhamentos da instrução daquele período, Pinto (1910) elencou os seguintes temas:

- “OS MEIOS DE MELHORAMENTOS À INSTRUACÇÃO PUBLICA PRIMARIA”, em que seria compreender as instituições das escolas normais para a preparação dos professores para desempenharem sua função de magistério;
- “CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE AOS PROFESSORADO, INDEPENDENCIA DESTES”, em suma seria evitar que sujeitos mediante a proteção daqueles que faziam parte da província estivesse nos cargos de professores em lugares dos que são concursados;
- “ENSINO LIVRE”, relata que é preciso abolir dos artigos de 1879 e permitir que qualquer candidato ao magistério particular estabeleça escolas, independentes de licenças, sendo apenas o povo o único fiscal das mesmas escolas;
- “COEDUCAÇÃO DOS SEXOS”, uma vez que fosse permitido um ensino misto, tendo como exemplo o progresso existente na “União Americana”;
- “ENSINO NOCTURNO”, enfatiza o ensino para a população que não pode estudar durante o dia devido ao trabalho possa usufruir do ensino diurno;
- “CAIXAS ESCOLARES”, seria a utilização do dinheiro arrecado para as necessidades dos pobres;
- “CONFERENCIAS”, nesse caso tratar questões do ensino e da disciplina escolar;
- E, para finalizar, a “UNIFORMIDADE DO ENSINO”, estabelecer uniformização do ensino, criar programas que façam os alunos participarem das aulas.

Em última análise dos apontamentos de Irineu Pinto na revista do IHGP, o mesmo destacou a instalação da primeira Escola Normal da Paraíba, realizada em 7 de abril de 1885, pela Lei regulamentada nº 30 de 30 de junho de 1884. Ele enfatizou que não poderia deixar de transcrever um importante assunto. O então Presidente Dr. Antonio Sabino do Monte foi quem tratou em relatório sobre o tema a “INSTRUÇÃO PUBLICA” retratado por Pinto (1910). Partindo desse, o Liceu foi convertido em Escola Normal de dois graus e determinado para a instituição as matérias que deveriam fazer parte da mesma, descrito por Dr. Antonio Sabino do Monte:

[...] a do primeiro gráo preencher o elevado designio, o que naturalmente mais influiu no espirito da reforma, de preparar professores mais capazes para o exercício do magisterio, eliminando os moldes já gastos condemnados por uma longa experiencia. (MONTE, 1884 apud PINTO, 1910, p. 367)

Nesse contexto, era preciso uma reorganização para a necessidade da Escola Normal, a qual tinha como objetivo a preparação dos professores. Segundo Pinheiro (2002) foi recorrente nos discursos oficiais a relevância da criação de uma Escola Normal na Parahyba do Norte.

Mais adiante, o referido relatório, anteriormente citado por Pinto (1910), frisou o funcionamento da Escola Normal separado para o sexo feminino, em seguida o corpo docente dessa escola. Quanto a Escola Normal para ambos os sexos esteve registrada pelo regulamento nº 33 de 14 de janeiro de 1886, sob a administração de Souza Bandeira. Já em 11 de novembro de 1885 o Liceu deixou de ser uma Escola Normal de dois graus.

Ainda nas descrições de Pinto (1910), em 23 de janeiro de 1886, foi publicado o estatuto das reformas para Escola Normal, cujo o plano de curso foi elaborado para três anos. Em 1888 ocorreu um fato relatado com importante em que Pinto (1910) evidenciou a formatura da primeira turma de professoras normalistas da Escola Normal. Os nomes das concluintes foi descrito na revista da 1ª turma (1888) até 20ª turma (1910), as listagens contemplam os respectivos nomes das diplomadas e dos diplomados.

Por fim, Pinto (1910) finalizou seu apanhado histórico com um resumo da “Instrução Publica Parahybana” no regime republicano e enfatizou: as contínuas secas que ainda perpassavam o Estado; a primeira reforma da instrução decretada em 1890 que reunia as

diretorias da Instrução Publica com a Escola Normal e a reitoria do Liceu e, por fim, a reforma da Escola Normal dando ao curso quatro anos de duração.

Outro fator importante relatado por Pinto (1910) foram as grandes reformas no Ensino Público Nacional oriundas das contribuições de Benjamin Constant. Sobre isso, Pinheiro (2002, p. 101) afirma que: “[...] no âmbito da instrução pública brasileira, os ideais positivistas também tiveram sua importância, principalmente no alvorecer da República, com influência de Benjamin Constant”.

Com o regime republicano, Pinto (1910) engrandeceu o Dr. Álvaro Machado, responsável por transformar a instrução paraibana, ressaltando que bons exemplos devem ser seguidos para o progresso do Estado e principalmente da educação paraibana. Segundo Pinheiro (2002) Álvaro Machado foi um sujeito que defendia o positivismo e um dos incentivadores na criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

De acordo com Pinto (1910) outros desafios educacionais se projetavam para o avanço da sociedade paraibana, entre eles a educação da infância. Para Pinto (1910) a melhor forma era tratar a educação das crianças a partir da instalação de um jardim de infância na perspectiva defendida por Froebel. Em relação ao professor/aluno ele ressaltou que seria necessária uma intimidade entre ambas. Por fim, ele terminou citando o juramento de fidelidade a bandeira de Hugo¹³.

Assim sendo, fica evidenciado que Pinto (1910), com bastante cuidado, descreveu o “progresso” e o “retrocesso”, muitas vezes, ocorridos na educação paraibana durante o período colonial até as primeiras décadas da República. Em sua pesquisa histórica, utilizou como fonte, principalmente, os documentos oficiais: relatórios, leis e decretos. Diante dos fatos colhidos por Pinto (1910), percebemos que a educação na Paraíba buscava melhoramentos, porém os governantes durante os três períodos abordado por Pinto (1910) não tiveram uma política de continuidade das propostas e reformas educacionais no Estado.

Nesse sentido, as idas e vindas das leis e regulamentos faziam com que ficassem bastante frágeis o avanço para a modernidade paraibana. Desse modo, Irineu Pinto pensou a educação como um ponto de partida, trazendo a memória de um passado e perspectiva de um futuro com conquistas para os paraibanos.

¹³ Não é descrito nenhum detalhe sobre o sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho buscou-se apresentar a trajetória intelectual de Irineu Ferreira Pinto, entendendo o cenário educacional e político paraibano e as contribuições dos intelectuais na educação do Brasil na Primeira República. A intenção foi de aprofundar os estudos da História dos Intelectuais e da História da Educação e, assim, contribuir para a construção da memória educacional paraibana.

A escolha pelo intelectual paraibano, Irineu Pinto, se deu por este ter apresentado um apanhado histórico da educação paraibana, desde a colonização até o início da Primeira República. Assim, procurou-se perceber o seu olhar sobre a educação nacional e paraibana, em que ele já indicava àquela época que o caminho para modernização da Paraíba seria através do investimento dos governantes nas instituições de ensino e na educação das crianças.

Através de pesquisa biográfica e bibliográfica podemos observar que sua atuação no IHGP foi marcante, pois Irineu Pinto se dedicou e não mediu esforços para trazer uma identidade ao nosso Estado. Dentre as pesquisas desenvolvidas pelos colaboradores do IHGP, destaca-se o trabalho de Irineu Pinto, que além de nos trazer uma forma de memória produzida e divulgada por sua Revista, nos indica para a estreita relação entre a instituição e a escrita da história da educação paraibana, a qual nos revela fatos significativos dos momentos históricos da nossa educação local.

Segundo Chaves Júnior (2013), o objetivo principal do IHGP era escrever a História da Paraíba pela pena dos paraibanos e este objetivo só pôde ser operacionalizado a partir do ferramental metódico e historicista de finais do século XIX. Assim se fez presente, tanto na publicação periódica da agremiação, quanto nas obras individuais dos confrades, como maior expoente neste tipo específico de fazer historiográfico, “o imortal Irineu Ferreira Pinto, verdadeiro rato de arquivo, cujo trabalho exaustivo de compilação salvou do desaparecimento inúmeras fontes para a história da Paraíba, reunidas no seu *Datas e Notas para a História da Paraíba* (1908)” (CHAVES, 2013, p. 23).

Além de apresentar suas obras, procurou-se destacar a importância e o impacto estas que tiveram na época em que foram produzidas, pois Irineu Pinto se dedicou às pesquisas históricas, examinando valiosos documentos, entre esses, os que mais lhe chamavam a atenção foram os encontrados nos arquivos europeus. Após trabalhar em acervos do estado,

transcreveu inúmeros documentos, datados desde o início da colonização até 1862. Com isso, podemos citar também que ele se tornou uma fonte de referência obrigatória acerca da população negra, abordando vários aspectos como a vida, a população e as questões do trabalho escravo¹⁴ (ROCHA, 2009).

Nesse sentido, concluímos com a presente pesquisa que as obras de Irineu Pinto se basearam numa pedagogia do esclarecimento como parte do esforço que o Estado brasileiro desenvolveu à época. E ao mesmo tempo procurava objetividade, no sentido de construir suas verdades com apoio nos documentos. Suas narrativas não se sustentam simplesmente no recurso a frases de efeito, mas na prova documental que é aliás, segundo ele, sinônimo da história (MENESES, 2009). Portanto, esperamos contribuir para o entendimento da cultura histórica local paraibana no que se refere a visão que Irineu Pinto tinha da educação na Paraíba, sua contribuição histórica e soluções propostas por ele para as questões educacionais do seu tempo, de como o progresso e a modernidade poderia avançar por meio da instrução pública.

¹⁴ A autora Rocha (2009) sugere conhecer os documentos referentes à população negra da Paraíba, destacados no livro de Irineu Pinto, através da leitura de Mello (1991)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Aspectos das Artes Plásticas no Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.

BEDIN, Brigitte. **Os Pioneiros da Escola Nova Manifestos de 1932 e 1959: Semelhanças, divergências e contribuições**. Dissertação (Mestrado – programa de Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: FE/USP, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006. p. 183-191.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: companhia das letras, 2011.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. **As duras cadeias de um governo subordinado: história, elites e governabilidade na Capitania da Paraíba (c. 1755 – c. 1799)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013. f. 268.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. GALVÍNCIO, Amanda Sousa. **Intelectuais, Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP) e os apontamentos para história da educação na parahyba: “a marcha da instrução entre nós” (1910)**. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATRIZES Interpretativas e Internacionalização. 8.. 2015. Maringá. Anais... Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 1-15. Disponível em: <http://8cbhe.com.br/media/doc/ade24312c78d533fe0851b5b28711a07.pdf> >. Acesso em 2017.

_____. ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. GALVÍNCIO, Amanda Sousa. *Redes de Sociabilidade intelectual e educação: atuação de Castro Pinto e Carlos Dias Fernandes na Primeira República*. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, nº 53, p. out 2013. p. 56-77.

_____. SILVA, Elizabeth Souto de Carvalho da. **Uma análise crítica das ideias de modernidade, civilidade e progresso nos Relatórios Provinciais na Parahyba Oitocentista (1870-1930)**. In: XXII Encontro de Iniciação Científica da UFPB (ENID), 22. 2014, Paraíba. *Anais...* Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, Campus I da UFPB. 2014. p. 1-34.

_____. SILVA, Elizabeth Souto de Carvalho da. *Instituições educacionais, intelectuais e o Brasil República uma análise entre o professor e o político no Instituto Histórico Geográfico Paraibano – IHGP (1905-1929)*. In: XXIII Encontro de Iniciação Científica da UFPB (ENID), 23. 2015, Paraíba. *Anais...* Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, Campus I da UFPB. 2015. p. 1-30.

DIAS, Maria de Fátima Guedes. **A relação entre o intelectual e o poder na obra “prefácio interessantíssimo” de Mário de Andrade**. Monografia (Curso de Letras) - Faculdade de Ciências da Educação - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, 2006.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. **Manoel Bomfim intelectual na Primeira República: educação, formação nacional e o Brasil moderno**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

_____. **Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913 – 1925): jornalismo, literatura e conferências**, 2013.170, dissertação (mestrado) – UFPB/CE, João Pessoa. 23 de julho de 2013.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Escrita de si, escrita da história. Escrita de si, escrita da história a título de prólogo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. **História**. São Paulo: v. 22, n. 1, p. 59-79, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da Era das cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. **O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a História da Educação da Paraíba: apontamentos para um estudo historiográfico**. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISAS - “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas. Anais. FE/ UNICAMP, 1997. p. 206-217.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930**. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba oitocentista: População, família e parentesco espiritual**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 332.

SIRINELLI, Jean-François. **As Elites Culturais**. In: RIOUX, Jean-Pierr & SIRINELLI, Jean-François (orgs.), Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampas, 1998.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **História dos Intelectuais: representações, conceitos e teorias**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A educação e seus sujeitos, n.4., Goiânia. Anais... Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006. Vol. 1. p. 1-11.

_____. **Erasmus Pilotto. Identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil, n.6, 2011, Vitória. Anais... Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. p. 1-14.

ZAPPAROLI, Irene Domenes. **Entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico**. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

FONTES

FERRONATO, Cristiano (Org). **A Instrução pública na Parahyba do Norte discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889)** [recurso eletrônico] - 1. ed. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES: SBHE/Edunit/Virtual Livros, 2015. 527 p.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa-PB. Editora Universitária, 1998. p. 17-101.

MENESES, Hérick Dayann Morais de. **As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2009.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Engler (Org). **Coleção Documentos da Educação Brasileira** [recurso eletrônico]. – Dados eletrônicos. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.int

PINTO, Irineu. **A instrução pública na Parahyba. Apontamentos para a sua história. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 1910**. Disponível em: <http://www.ihgp.net/revistas.htm>. Acesso 21 de setembro de 2014.